

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote do IR precisa de mais debate - CLAUDIA SAFATLE ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rachid diz que arrecadação pode cair com projeto do IR ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bancos veem crédito mais forte mesmo com aumento dos juros ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orientações da Receita sobre "cashback" favorecem contribuinte ..... 8

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Falsos servidores dão golpe em aposentados ..... 10

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Comprar o básico custa caro! (3) ..... 11

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - OPINIÃO PÚBLICA  
SEGURIDADE SOCIAL

LGDP: quem deve se adequar? (2) ..... 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

União tem 15 dias para abrir cálculos sobre a reforma - SERVIDOR ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado reabre Refis com perdão de 90% das multas ..... 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cresce a mobilização contra o texto da reforma tributária ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MP do Planalto adia gasto de R\$ 3,5 bi com ensino público ..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo quer dar bônus para consumo menor de luz ..... 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Câmara aprova privatização ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Líderes avaliam retirar precatório do teto de gastos ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Dificuldades para preservar o salário real (3) ..... 24

---

Sexta-Feira, 6 de Agosto de 2021

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Preço da cesta básica sobe em 15 capitais brasileiras ..... 25

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Endividamento das famílias atinge o maior patamar da série histórica ..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

Bianco sai do Trabalho para assumir AGU ..... 28

O GLOBO - RJ - PAÍS  
POLÍTICA

Deputados debatem volta das coligações proporcionais ..... 29

# Pacote do IR precisa de mais debate - CLAUDIA SAFATLE

## CLAUDIA SAFATLE

Aprovado o requerimento de urgência para o pacote do Imposto de Renda, pela Câmara dos Deputados, fica uma pergunta simples que não tem resposta clara e objetiva: essa é uma reforma necessária e urgente? Porque o açodamento para votá-la em plenário, sem o devido debate com especialistas da **Receita Federal**, do setor privado? As estimativas de resultados são díspares. Há quem garanta que o projeto de lei 2.337/21 vai aumentar substancialmente a carga de **impostos** sobre empresas e pessoas físicas. E há os que argumentam que a proposta vai reduzir a arrecadação de **impostos**. O governo e o relator do projeto de lei na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), sustentam que o projeto é neutro do ponto de vista da arrecadação, mas é difícil encontrar quem acredite nisso.

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), tem pressa em colocar o projeto em votação no plenário. Mas há resistências que, se não encontrarem eco na Câmara, vão desembocar no Senado. As empresas que optam pelo lucro presumido estão alarmadas com as contas que lhes chegam: fala-se em aumento de cerca de 71% no IR a pagar com a aprovação do PL. É quase 1 milhão de empresas que geram cerca de 5 milhões de empregos nos mais diversos setores da economia. E estão fazendo o seu lobby para que não se mude o regime de tributação a que estão submetidas.

Um exercício feito por técnicos do setor imobiliário mostra que uma empresa que declara com base no lucro presumido, com seis sócios, que tem receita bruta mensal de R\$ 405 mil e lucro de R\$ 101,25 mil atualmente não paga Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Pelo projeto de lei 2.337, essa empresa passa a pagar R\$ 20,25 mil de IRRF. Se hoje ela recolhe R\$ 25.256,50 de **impostos**, o total subiria para R\$43.076,50.

Ontem, ao receber uma medalha no Palácio do Planalto, o médico cirurgião Antônio Luiz de Vasconcellos Macedo, que operou Bolsonaro quando da facada, foi encarregado por seus pares a entregar ao presidente um manifesto da categoria contra o projeto de lei. Os deputados também estão cientes da contrariedade dos profissionais liberais - atingidos pela tributação dos dividendos. São médicos,

dentistas, psicólogos, engenheiros, arquitetos, advogados encarregados de persuadir os parlamentares a votarem contra a aprovação da proposta.

Só no setor imobiliário listam-se 97 atividades econômicas (das pequenas construtoras aos corretores, administradoras de condomínio, administradoras de bens imóveis) que respondem por 10% dos empregos gerados no país, por 9% da arrecadação de **impostos** e por 7% do Produto Interno Bruto (**PIB**). E, segundo o estudo feito pela área da construção civil, com base em dados da **Receita Federal**, as empresas optantes pelo lucro presumido recolhem 2,5% de Imposto de Renda sobre a receita bruta, enquanto que as empresas optantes pelo lucro real recolhem cerca de 1% de IR sobre a receita bruta. É fato que há severas críticas ao regime de tributação sobre o lucro presumido, mas é legítimo questionar se é hora de mexer em tema tão delicado no momento que as empresas que conseguiram sobreviver à pandemia estão precisando de uma mão para se reerguer.

Em um trabalho feito para o Sebrae, o economista José Roberto Afonso atesta que, de fato, as empresas que optam pelo lucro presumido pagam uma alíquota efetiva de imposto maior (de 8,8%) do que as que declaram com base no lucro real (7%). Já sobre as empresas do Simples há incidência de uma alíquota efetiva de 14,5%.

Do lado da arrecadação de **impostos**, as notícias são de que ela está surpreendendo mês a mês. O problema para pagar o Bolsa Família turbinado no ano que vem não é de falta de dinheiro, mas das restrições impostas pela lei do teto de gastos.

Dois dos que vão arcar com mais **impostos**, portanto, já estão definidos. De um lado, as empresas que optam pelo lucro presumido sustentam que terão um aumento colossal de carga tributária. Do outro, ao manter no substitutivo o acesso ao desconto padrão da declaração simplificada do Imposto de Renda restrito a quem ganhar até R\$ 40 mil por ano, o relator do PL dá uma garfada na classe média.

Não há qualquer garantia de que o pacote do IR vá estimular novos investimentos. Ao contrário, há o temor de que afastará ainda mais os investidores

estrangeiros, cuja parcela relevante já aposentou o Brasil.

O projeto de lei 2.337/21 é a negação dos princípios esperados de uma reforma dos **impostos** que são a simplificação, progressividade e neutralidade.

A reforma do PIS/Cofins, **tributos** que se fundem na Contribuição sobre Bens e Serviços, deve estar mais madura para ser votada do que essa proposta.

A culpa pelo projeto de lei do pacote do IR ter sido mandado errado para o Congresso é da Receita. A culpa das estatísticas do mercado de trabalho serem ruins é do IBGE. E a culpa dos R\$ 90 bilhões de precatórios é do governo. A **Receita Federal do Brasil**, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estão subordinadas à pasta da Economia.

Segundo um ex-ministro, Paulo Guedes parece estar na Idade da Pedra Lascada.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-niailclaudia.safatle@valor.com.br

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186972?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186972?page=1&section=1)**

# Rachid diz que arrecadação pode cair com projeto do IR

**Fabio Graner**

O ex-secretário da **Receita Federal** Jorge Rachid disse em entrevista ao Valor que a nova versão do texto da reforma do imposto de renda continua com uma série de problemas, colocando em risco a arrecadação futura, criando mais complexidade no sistema e desestimulando os investimentos. Rachid comandou a receita entre 2015 e 2019, nos governos Dilma e **Temer**.

Para ele, a pressa em votar a matéria não se justifica, uma vez que há problemas muito mais urgentes no sistema tributário, como melhorar a legislação do PIS/Cofins, com seu excesso de litígios.

"Há a possibilidade de se perder arrecadação relativamente estável que se tem hoje, pois o contribuinte pode mudar de comportamento. Se isso acontecer, pode acabar levando, daqui a dois ou três anos, o governo a desfazer o sistema novo ou elevar o IRPJ para recompor a arrecadação, sem reduzir os dividendos, ou, pior, elevar os **impostos** indiretos", argumenta Rachid. "Temos problemas a enfrentar, como o PIS/Cofins, isso que tem que ser enfrentado. É preciso corrigir as matérias que ensejam contencioso e não provocar mais contencioso, como está fazendo essa proposta [de reforma do IR]."

Na visão do ex-secretário, hoje consultor na área tributária, o modelo brasileiro de tributação do lucro das empresas funciona bem. Ele lembra que a opção do país foi por concentrar a cobrança na pessoa jurídica, deixando os dividendos isentos, mas colocando uma alíquota maior no IRPJ para compensar. "É uma forma mais simples e mais efetiva do que outros modelos. Para que fazer essa alteração?".

Rachid avaliou que o desenho que está sendo proposto vai estimular práticas de distribuição disfarçada de lucros, ampliando a complexidade do sistema. "Esse tema da distribuição de lucros pode gerar contencioso", afirmou.

Ele criticou ainda o fato de, após três versões do texto, continuar mantida a tributação de dividendos anteriores a 2022. Segundo o especialista, isso vai levar a uma corrida para distribuição de dividendos neste ano, inclusive de empresas que não teriam

condições adequadas para isso.

"Imagina uma empresa que não está capitalizada, de repente é mais fácil tomar dinheiro emprestado no mercado e distribuir dividendos para escapar da tributação no próximo ano", comentou, apontando ainda o risco de uma discussão sobre tributação por conta do recolhimento do IRPJ de 2021 com a alíquota de 34%.

Outra crítica do ex-secretário é à ideia de um gatilho para reduzir a tributação do IR, como forma de atender os Estados, que estão contra a proposta. "É uma questão muito incerta. Isso prejudica o planejamento das empresas", disse, explicando que isso ocorre porque, pela regra do gatilho, as empresas não vão saber qual o imposto do ano seguinte até o mês de novembro. "Não faz sentido e é algo inédito. Realmente, é muita complexidade e em um momento inoportuno", salientou.

Para Rachid, mesmo com a redução do IRPJ, a nova legislação que está sendo proposta deve elevar a carga tributária nas empresas do lucro presumido, em especial nos prestadores de serviços, o que deve gerar forte reação do setor.

Ele diz ainda que não faz sentido a taxa de dividendos, de 20%, ser diferente da do mercado financeiro, fixada em 15%. Rachid também se mostra contrário ao fim do mecanismo de juros sobre Capital Próprio (JCP). "Trata-se de medida adotada por alguns países, cito Itália, Suíça e Bélgica. Ele estimula a capitalização ao invés de estimular empréstimos (juros de empréstimos são dedutíveis). A Comissão Europeia em 15/5/2021, sinaliza a adoção", comentou.

O ex-secretário criticou também mudanças como a redução de benefícios tributários para o setor de medicamentos. "Não faz o menor sentido, isso impacto enorme para toda a sociedade, alcança todas as classes sociais. É lamentável essa mudança."

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186972?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186972?page=1&section=1)

# Bancos veem crédito mais forte mesmo com aumento dos juros

**Álvaro Campos e Fernanda Bompan De São Paulo**

É com uma combinação entre volume de crédito e linhas mais rentáveis que esperam recuperar as margens

O avanço da vacinação e a melhora da economia impulsionam o crédito, enquanto a inadimplência se mantém muito próxima das mínimas históricas. Os bancos veem um segundo semestre ainda mais forte que a primeira metade do ano, quando a carteira combinada de Itaú Unibanco, Banco do Brasil (BB), Bradesco e Santander cresceu 10,3%, para R\$ 2,9 trilhões. A expectativa no setor é que a demanda se mantenha aquecida mesmo diante de uma alta mais forte da taxa Selic - que as instituições financeiras já avisaram que será repassada aos produtos.

O desafio é fazer a margem financeira reagir. O aumento do volume de operações até junho se deu sem que esse indicador - que é o que o banco apura com sua atividade principal, ou seja, emprestar dinheiro - avançasse na mesma magnitude. Quando a taxa básica de juros da economia sobe, como agora, o custo de captação das instituições financeiras aumenta instantaneamente, mas o repasse desse custo para as linhas de crédito demora a aparecer na receita porque os contratos são, em geral, prefixados. No cenário atual, há ainda uma pressão extra decorrente do aumento da competição de fintechs.

Nos últimos dias, os presidentes dos bancos disseram que o aumento da taxa Selic será repassado aos clientes. Ontem, o Itaú já anunciou o aumento da taxa da linha habitacional mais tradicional de 6,9% para 7,3% ao ano. Foi uma reação à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que na quarta-feira elevou os juros básicos da economia em 1 ponto percentual, para 5,25% ao ano, e anunciou que esse movimento continuará até um patamar restritivo da atividade econômica.

O vice-presidente de gestão financeira do BB, José Forni, lembrou que no começo do ano o mercado trabalhava com uma Selic chegando a 3,5% ao ano no fim deste ano, e agora essa previsão já está em 7% ou mais. "No segundo semestre continuaremos com essa trajetória de reprecificação do custo de funding, com a margem sendo comprimida por isso." Ainda assim, as instituições financeiras estão otimistas com a

expansão do crédito, especialmente para pessoa física e pequenas e médias empresas (PMEs), passada a fase mais crítica da pandemia. Como o risco diminuiu, os bancos também começam a pisar no acelerador em produtos que rendem juros maiores, como o cheque especial e o rotativo do cartão de crédito. Desde o início da crise, eles vinham priorizando linhas com garantia, como financiamento imobiliário e consignado (empréstimo com desconto em folha).

É com essa combinação entre volume e linhas mais rentáveis que esperam, daqui para a frente, recuperar as margens. O lucro ajustado somado dos quatro grandes bancos totalizou R\$ 28,4 bilhões no primeiro semestre, com expansão anual de 54,2%. A margem financeira avançou apenas 2,6% no período, para R\$ 124,5 bilhões. As receitas de tarifas, que respondem mais rapidamente à melhora na economia, avançaram 4,2%. Enquanto isso, os bancos seguem fazendo um rígido controle de gastos para tentar manter os resultados em alta. As despesas cresceram apenas 0,2%, bem menos que a **inflação**, que atingiu 8,35% em junho, no acumulado em 12 meses.

"A perspectiva para a margem é muito positiva para o segundo semestre", afirmou o presidente do Itaú, Milton Maluhy Filho. O banco revisou suas projeções para a carteira de crédito, e agora espera um crescimento de 12,5% a 15,5% neste ano. Antes, o intervalo era de 8,5% a 12,5%. De acordo com o executivo, no ano passado o segmento de atacado cresceu muito mais que o de varejo. Isso começou a mudar no fim de 2020, mas ganhou força no início deste ano, com o avanço de linhas com garantia para pessoa física, com financiamento imobiliário e crédito para veículos. No fim do segundo trimestre começaram a crescer de maneira mais forte as linhas sem garantia, que têm juros maiores.

Para os analistas do Credit Suisse, os riscos para suas projeções sobre o Itaú são de alta. "O forte crescimento do crédito em todas as linhas de consumo e em PMEs, juntamente com o início do retorno de linhas rotativas, nos tornam ainda mais confiantes sobre um forte ambiente de receita para o banco", disseram.

O Banco do Brasil manteve a estimativa para a carteira total inalterada, mas com uma mudança na composição. O financiamento para empresas deve

crescer menos (de 3% a 7%), já que no ano passado os programas emergenciais inflaram os volumes para pequenas companhias. Agora, essas linhas cessaram e muitas das grandes corporações estão preferindo acessar os mercados de capitais. Já no crédito rural o BB elevou a estimativa (11% a 15%), em meio ao bom momento do setor - com a alta das commodities e do dólar.

O Bradesco destacou que, no segundo trimestre, a originação média diária com pessoas físicas evoluiu cerca de 40% em comparação com o segundo trimestre de 2020, impulsionada, principalmente, pela elevada produção de financiamento imobiliário. O presidente do banco, Octavio de Lazari Jr, afirmou que, excluindo a área de seguros, os resultados deste ano já superaram os níveis pré-pandemia e as perspectivas para o ano que vem são ainda melhores, com a economia mais forte e a Selic mais alta ajudando na margem financeira. "Temos todas as premissas para apresentar resultados em 2022 melhores do que em 2021, em que pese o cenário político que se avizinha", afirmou.

No Santander, o spread recuou para 10,2% no segundo trimestre, ante 10,6% no primeiro trimestre e 10,9% no segundo trimestre do ano passado. Mas o movimento foi compensado pelo volume de operações de crédito. A carteira teve alta de 14,9% em um ano, para R\$ 434,797 bilhões, com destaque para pessoa física e pequenas e médias empresas, o que deve continuar nos próximos trimestres. O presidente da instituição, Sérgio Rial, afirmou que o Santander está conquistando 600 mil novos clientes por mês, o que representa uma alta de 50% sobre as adições do ano passado. "Este ano vai se caracterizar como ano de crescimento da base de clientes".

Um dos fatores para que as perspectivas dos bancos para o crescimento do volume de crédito se mantenham positivas é que a inadimplência está muito perto das mínimas históricas. Isso acontece tanto porque os bancos flexibilizaram as condições para boa parte da base de clientes no ano passado quanto pelo fato de a pandemia ter levado outra parcela da população a fazer uma poupança forçada, já que não tinha como gastar com lazer e outras atividades.

As instituições também levam em conta os sinais de alguma recuperação do mercado de trabalho, com o Caged mostrando a criação de 1,536 milhão de postos neste ano, ainda que o desemprego se mantenha elevado. E, embora o endividamento das famílias esteja elevado para padrões históricos, o comprometimento de renda está relativamente estável.

Na visão do analista do setor financeiro da XP, Marcei Campos, neste ano, a postura mais dura adotada pelo

Banco Central não deve afetar as expectativas positivas para o crédito. Segundo ele, essa intensidade de aumento da Selic está abordada nas estimativas das principais instituições financeiras. "Não vejo risco de alteração devido a essa taxa apenas", disse.

Na opinião dele, os maiores desafios no curto prazo para os grandes bancos são a competição e as novidades na regulação trazidas pelo open banking (sistema de compartilhamento de informações financeiras entre instituições), que está em processo de implementação.

Um tema que permeou o balanço de todos os bancos foi a **reforma tributária**. As propostas são de fim dos juros sobre capital próprio (JCP) e compensação com uma redução da alíquota de imposto de renda para pessoa jurídica. Entretanto, isso levaria os bancos a realizarem uma revisão dos seus estoques de crédito tributário, com um impacto negativo no capital de quase R\$ 50 bilhões para o sistema financeiro como um todo. Considerando a capacidade de alavancagem dos bancos, a estimativa é que poderia haver uma redução de R\$ 500 bilhões em crédito, justamente no momento em que a economia está ganhando tração.

Os presidentes dos bancos explicaram que estão conversando com congressistas, Banco Central e **Receita Federal** para tentar encontrar uma forma de tornar esse impacto no capital gradual. "Tem de se pensar em modelos de transição, porque sair de um modelo para o outro de forma abrupta gera impacto", disse Maluhy, do Itaú. "O estoque de crédito tributário não é uma "jabuticaba" brasileira, porque jabuticaba é gostosa, isso é uma maçã bem podre. Só prejudica o patrimônio das empresas, e dos bancos em especial", afirmou Lazari, do Bradesco.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186972](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186972)

# Orientações da Receita sobre "cashback" favorecem contribuinte

**Adriana Aguiar De São Paulo**

Sem uma regulamentação tributária específica, o "cashback" - devolução ao consumidor de uma parte do valor gasto na compra de produtos - tem levado empresas a fazer planejamentos tributários. O motivo é que as operações ficaram mais complexas e só há, por enquanto, dois entendimentos da **Receita Federal** sobre o assunto, que envolvem questões mais simples.

Um deles considera que não há acréscimo patrimonial para o consumidor, livrando-o de tributação. O outro autoriza uma varejista a deduzir os valores da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. Mas a depender dos termos do contrato e de como e por quem é feita a devolução das quantias, pode existir o risco de autuação fiscal para a empresa.

Grandes redes têm apostado nessa prática para ganhar consumidores. O Magazine Luiza lançou em abril o Cartão Magalu, que oferece 4% das compras pagas diretamente na conta digital. Em apenas três semanas após o lançamento, mais de 100 mil cartões já haviam sido emitidos e se somam aos atuais 5,5 milhões de Cartão Luiza.

Em março de 2021, a XP Investimentos lançou o Investback, que devolve entre 1% e 10% do valor da compra realizada com o cartão de crédito XP, direcionado a um fundo de investimento passível de resgate pelo titular. No segundo trimestre deste ano, foram gerados R\$ 2,1 bilhões em volume total de pagamentos no cartão de crédito, alta de 316% ante o primeiro trimestre.

Para o consumidor, a prática também traz vantagens e pelo entendimento da Receita não haveria tributação. O valor obtido pode ser tratado como um desconto e não se caracteriza como acréscimo patrimonial. Assim, não precisa ser declarado pela pessoa física, por se tratar da simples devolução de montante já oferecido à tributação. O entendimento está na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 653, de 2017.

Já a única orientação da Receita para as empresas está na Solução de Consulta Cosit nº 205, de 2019. A questão foi levantada por uma varejista que oferece cashback por meio de cartão de crédito pré-pago

administrado por terceiro. Ao analisar o caso, o Fisco classificou a prática como bonificação. Assim, pode ser tratada como despesa operacional dedutível do fornecedor na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL.

Apesar das soluções de consulta, ainda existe uma insegurança jurídica sobre o assunto. De acordo com a advogada Carolina Romanini Miguel, do Machado Associados, a Receita atribuiu ao cashback naturezas jurídicas distintas - desconto para o consumidor e bonificação para o lojista. Além disso, ressalta Carolina, a prática de cashback foi evoluindo para modelos mais complexos, não englobados pelas manifestações.

"As relações jurídicas relacionadas aos programas de cashback podem não se limitar a compra e venda de mercadorias. Podem abranger outros interesses a depender das partes envolvidas e do conteúdo dos contratos firmados entre elas", diz. Exemplos dessas situações são transações financeiras e investimentos.

Nos casos mais tradicionais de cashback, apesar de não haver legislação própria, a situação ficou mais clara ao longo dos últimos anos, na opinião do advogado Flávio Sussumu Pizão Yoshida, do Rayes Fagundes Advogados Associados. "Essas operações mais simples se assemelham a operações de bonificação de mercadoria ou concessão de rebate. O assunto meio que se acomodou", afirma.

Para Yoshida, a quem paga o cashback já está claro que há incidência do ICMS, PIS e Cofins, uma vez que o cashback fica como créditos para as próximas compras ou para serem retirados depois. "O documento fiscal é emitido sobre o valor integral da mercadoria", diz.

Esses valores gastos com cashback, porém, entende Yoshida, podem ser considerados como despesas operacionais para a captação de clientes e novos negócios, como gastos com propaganda e marketing, e podem ser deduzidos, no caso das empresas tributadas pelo lucro real - com faturamento acima de R\$ 78 milhões.

No caso dos consumidores que recebem o cashback, o cenário que envolve a pessoa física já foi tratado pela Receita (Solução de Consulta Cosit nº 653, de

2017). Mas no caso da pessoa jurídica, afirma o advogado, o cashback é considerado como receita e então a tributação vai depender do regime fiscal.

Yoshida lembra ainda de situações mais complexas, que envolvem empresas intermediárias - como uma plataforma de vendas on-line - sem uma orientação específica. E o cashback pode ser dado pela plataforma, ainda que a operação ocorra entre o consumidor e o vendedor. "Temos feito, nesses casos, um planejamento, para avaliar a operação e ver como os contratos funcionam, se a comissão paga à plataforma engloba ou não os valores pagos de cashback", diz.

Procuradas pelo Valor, a XP informou que segue as orientações da Receita. Já a Magazine Luiza afirmou que o modelo adotado pela empresa segue "as previsões contidas no ordenamento jurídico brasileiro". A **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186972](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186972)**

# Falsos servidores dão golpe em aposentados

**Ana Julia Chan**

O telefone toca e, do outro lado da linha, uma pessoa se passa por atendente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) dizendo que está falando da Central 135 e informa todos os dados pessoais do segurado.

Em seguida, o suposto servidor público manda uma mensagem, por WhatsApp, pedindo para que o aposentado ou pensionista envie uma foto de um documento para finalizar o processo.

Esse é apenas mais um dos inúmeros golpes para tentai" obter dados pessoais dos beneficiários a que os segurados estão sujeitos.

O especialista em segurança digital Eduardo Pinheiro afirma que esses golpes estão cada vez mais comuns e orienta que os aposentados fiquem atentos e busquem sempre os canais oficiais.

"E muito comum surgir mensagens pedindo para clicar em links que podem te direcionar para um aplicativo falso e que seja muito parecido com o verdadeiro. E fundamental que a pessoa busque somente a fonte oficial. Se ficou" na dúvida, vá até o site do **INSS** e faça todo esse caminho por lá. Pode ser mais demorado, mas sem mais seguro".

A suspeita do **INSS** é de que esse golpe tenha começado com a ampliação da prova de vida por biometria facial (com envio de selfie apenas pelo aplicativo "Meu **INSS**") e alerta que o órgão não faz contato por telefone para esse tipo de procedimento.

A orientação da instituição é de que, caso o beneficiário receba esse tipo de ligação, desligue imediatamente o telefone e não forneça nenhuma informação.

As abordagens dos golpistas ainda podem acontecer por carta, e-mail, telefone ou mensagem de celular. Segundo o **INSS**, somente nos casos em que o segurado entra em contato são solicitados o CPF e o nome da mãe para confirmação da identidade.

Para o advogado especialista em Direito Bancário Daniel Cheida, os criminosos tentam roubar os dados para, eventualmente, aplicar golpes financeiros. "A obtenção de dados num primeiro momento é para que, em um momento secundário, consigam aplicar um golpe financeiro", acredita.

A reportagem tentou contato com as Polícias Civil e Federal, mas as corporações não quiseram se manifestar e atribuíram uma à outra a responsabilidade no caso de golpes dessa natureza.

ATENTO

"Não passo dados por telefone"

Há alguns meses, o aposentado João Carlos Barata, de 59 anos, percebeu que estava sendo descontado um valor da sua conta bancária. Ao entrar em contato com o banco, a surpresa: ele tinha sido vítima do golpe do consignado.

Hoje, com a atenção redobrada, João conta que não fornece mais dados por telefone.

"O cara ligou para mim, disse que era do **INSS** e pediu para confirmar os dados pessoais, dizendo que queria me ajudar a fazer a prova de vida. Aí eu suspeitei, porque sei que o **INSS** não liga. Ele insistiu e eu falei que havia sido orientado pelo sindicato. Ele desligou na minha cara".

## Comprar o básico custa caro! (3)

Está realmente difícil o valor do contracheque do trabalhador aracajuano acompanhar os preços dos alimentos. No mês de julho, o custo médio da cesta básica subiu 3,71% em Aracaju, representando a terceira maior alta do país entre as 17 capitais pesquisadas pelo Dieese. Na prática, os aracajuanos tiveram que desembolsar R\$ 488,42 para levar o conjunto de alimentos perecíveis para casa. Vale frisar que, no mês de junho, a capital sergipana já havia apresentado alta de 0,54%.

Com base na cesta básica mais cara, que, em julho deste ano, foi a de Porto Alegre (R\$ 656,92), o Dieese estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 5.518,79, valor que corresponde a 5,02 vezes o piso nacional vigente, de R\$ 1.100,00. Vale lembrar que cálculo é feito levando em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças.

E mais: quando o Dieese compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à **Previdência Social** (7,5%), verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em julho, 55,68% (média entre as 17 capitais) para comprar os alimentos básicos. Em junho, o percentual foi de 54,79%.

O fato é que, a cada ida a feiras ou supermercados, os consumidores ficam assustados com os altos preços dos alimentos. Acuados, muitos são obrigados a usar a criatividade para preparar as refeições e levá-las à mesa.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=5843&edicao=116849>**

## LGPD: quem deve se adequar? (2)

**Ana Carolina Ribeiro**

Ana Carolina Ribeiro

Em janeiro deste ano, um vazamento expôs informações pessoais de mais de 223 milhões de brasileiros em fóruns na internet. Esses dados foram e podem ser utilizados por fraudadores para a realização de golpes no ambiente eletrônico. Qualquer pessoa ou empresa seja de grande, médio, pequeno ou micro porte deve se adequar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A Autoridade Nacional de Propriedade de Dados (ANPD) iniciou, no final de janeiro, a tomada de subsídios para a regulamentação da aplicação da Lei e está elaborando uma norma de fiscalização da LGPD. Já a partir de 1º de agosto de 2021, as vistorias e as sanções previstas passarão a ocorrer sob a ação da ANPD, que poderá aplicar penas administrativas, que vão desde advertência e bloqueio de acesso a banco de dados até a aplicação de multa de até 2% do faturamento, limitadas a R\$ 50 milhões.

Também é esperada a produção de recomendações específicas, como guias, normas, orientações e procedimentos para as pequenas e médias empresas. Mas é importante frisar que, mesmo sem essas instruções, as empresas menores devem se preocupar com a segurança do armazenamento dos dados pessoais de clientes. Além disso, é interessante avaliar se todos os elementos coletados com o cliente são realmente necessários.

Em resumo, a LGPD tem por base o consentimento e o interesse legítimo para a captura de dados pessoais. Em campanhas de marketing, por exemplo, as empresas devem questionar ao cliente se ele aceita receber informações por e-mail ou celular ou se os seus dados podem ser utilizados para esta finalidade. Entretanto, muitas empresas se esquecem de obter esse consentimento, que deve ser feito de maneira clara para que o titular do dado saiba exatamente quais informações a seu respeito estão sendo coletadas e para quais fins serão usadas.

A lei ainda permite que o titular de dados pessoais requisite a revogação de sua autorização, bem como solicite acesso, exclusão, portabilidade, complementação ou correção de dados, e a empresa tem o dever de atender o pedido do titular do dado ou o direito de negar a requisição somente mediante indicação dos motivos embasados em justificativa

legal. E para estar em conformidade, a empresa precisa ainda indicar um encarregado, que será responsável para realizar a interação com a ANPD e com o titular dos dados.

Enfim, a LGPD mudou o Direito Digital no sentido de regular o uso de informações pessoais tratados pelas empresas, permitindo mais transparência. Infelizmente, na lei ainda há "buracos", principalmente, na operacionalização das garantias desses direitos. Existem diversas dificuldades que merecem um debate maior para que soluções sejam criadas. As deficiências técnicas, como a incompatibilidade de sistemas e dificuldades de portabilidade entre as empresas e a ausência de profissionais especialistas em segurança da informação no mercado são alguns pontos que devem ser mais discutidos e melhor definidos.

Importante destacar ainda que o mundo está cada dia mais digital e a pandemia acelerou a disseminação de uso da tecnologia. E por essa razão devem ser implementados mecanismos de garantia da segurança dos dados para evitar perda definitiva, acessos ou usos não autorizados de dados pessoais. Quem não tem amigos ou familiares que sofreram golpes através de whatsapp, olx ou até mesmo tiveram empréstimos consignados realizados em folha de pagamento de aposentadoria do **INSS** não autorizados?

É fundamental que todo cidadão saiba que seus dados são importantes. Em geral, o brasileiro não está muito preocupado com a divulgação de seus dados pessoais e essa cultura precisa mudar, já que o primeiro afetado é o próprio cidadão.

Se proteja e proteja seus clientes.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210806>

# União tem 15 dias para abrir cálculos sobre a reforma - SERVIDOR

**Paloma Savedra**

A União tem 15 dias para divulgar os estudos que embasaram a proposta de emenda constitucional da reforma administrativa (PEC 32). O prazo foi dado pelo ministro Raimundo Carreiro, do Tribunal de Contas da União (TCU), em despacho publicado na última quarta-feira. A contagem começa a partir da intimação da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia - até o fechamento desta edição não havia ocorrido.

Carreiro é relator de representação protocolada em junho pelo presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, deputado Israel Batista (PV-DF), pedindo transparência dos dados. O governo já informou que a reforma geraria economia de R\$ 300 bilhões em dez anos. Depois, a estimativa subiu para R\$ 816 bilhões.

No despacho, o ministro determina que, em 15 dias, a Casa Civil e o ME encaminhem ao TCU "os estudos contendo a metodologia de cálculo que fundamentem a projeção de redução de gastos públicos, no longo prazo, em caso de aprovação da PEC".

**CONFIRA**

R\$ 300 BI Inicialmente, governo federal apontou que, em 10 anos, medidas previstas na reforma administrativa garantiriam economia de R\$ 300 bilhões

R\$ 816 BI Estimativa de redução de gastos públicos, a partir da aprovação da reforma, subiu para R\$ 816 bilhões. Frente pede explicação

Proposta não melhora o setor público

Para especialistas ouvidos ontem na comissão especial da Câmara que analisa a reforma, a proposta não melhora o serviço público, mas mira na avaliação individual de cada servidor.

O fato de a PEC ampliar as possibilidades de contratação de não concursados para cargos de gestão na administração pública foi outro ponto colocado.

Dessa forma, as metas a serem atingidas poderão mudar aleatoriamente, alertam os profissionais.

"A reforma vai de alguma forma impulsionar também o amadorismo, o despreparo na prestação do serviço público", analisa o presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, Ismar Viana.

**DESCONTO SOBE PARA 14%**

Alíquota já vale na folha de julho

O salário de julho será pago ao funcionalismo carioca hoje. E é na folha salarial de julho que começa a valer o novo desconto previdenciário de 14%.

No entanto, a alíquota de 11% ainda incidirá parcialmente sobre a remuneração entre os dias 1º e 14 de julho, como a coluna detalhou na edição de 13 de junho. E do dia 15 a 31, o novo percentual de 14% passará a ser aplicado, a exemplo do infográfico acima.

O cálculo tem como base o cumprimento da noventena - prazo de 90 dias exigido para esse tipo de medida vigorar. E a lei que aumentou a alíquota foi publicada em 15 de abril.

Ou seja, a partir da folha salarial de agosto, o desconto de 14% incidirá sobre todo o mês.

Vale lembrar que, em relação aos inativos, apenas aqueles que ganham acima do teto de R\$ 6.433,57 são taxados.

**FUNCIONALISMO ESTADUAL**

Pagamento entra hoje na conta

Os servidores estaduais recebem hoje, dia 6 de agosto, o salário de julho. O depósito cairá na conta mesmo após o fim do expediente bancário. O crédito alcança os mais de 400 mil funcionários públicos ativos, aposentados e pensionistas do Executivo fluminense. Pelo prazo oficial, o depósito cairia em 13 de agosto (10º dia útil).

A confirmação do depósito antecipado foi feita pelo governador Cláudio Castro (PL) em suas redes. "Graças a um esforço de gestão, mais uma vez vamos antecipar o pagamento", declarou.

**Site:**

**<https://edicao.odia.com.br/2021/08/06/19049e/issue9343.pdf>**

# Senado reabre Refis com perdão de 90% das multas

**Anne Warth, Adriana Fernandes, Fabrício de Cast**

O Senado aprovou projeto de lei que reabre um programa de parcelamento de débitos tributários - popularmente conhecido como Refis - com perdão de até 90% em multas e juros e de 100% nos encargos para dívidas de empresas e pessoas físicas acumuladas até este ano. A adesão poderá ser feita até o dia 30 de setembro de 2021. Além disso, o saldo poderá ser parcelado em até 12 anos (144 meses), com parcelas reduzidas nos três primeiros anos. O texto segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.

No Senado, o relator do chamado Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) foi o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo.

"É imprescindível reabrir o programa de parcelamento e acolher as pessoas físicas 'atropeladas' pelo desastre econômico provocado pela pandemia da covid- 19", disse Bezerra. "Muitos brasileiros contraíram dívidas ou deixaram de pagar **tributos** para atender a necessidades básicas pessoais ou de sua atividade profissional, o que justifica a disponibilização de mecanismo adequado para que obtenham regularidade fiscal." O ministro da Economia, Paulo Guedes, é contrário a um programa tão amplo e com condições tão generosas. Ele e sua equipe defendem que a renegociação de dívida das empresas e pessoas físicas impactadas pela crise da pandemia da covid-19 seja feita por meio do aperfeiçoamento do instrumento de transação tributária, uma espécie de negociação direta entre os devedores e o governo para a solução de conflitos fiscais.

Lançado em 2017, o Pert permitiu, conforme o relatório, que mais de 740 mil contribuintes aderissem ao parcelamento, sendo que 443 mil eram empresas. A arrecadação extraordinária entre 2017 e 2020, em função do programa, foi de R\$ 63 bilhões.

O projeto do Refis foi incluído no fatiamento da **reforma tributária** entre a Câmara e o Senado.

É uma bandeira do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), quer fazer uma dobradinha.

A Câmara aprova o projeto que altera o Imposto de Renda, que deve ser votado na semana que vem, e o Senado aprova o Refis. Um empurrando a aprovação do outro.

Para ter acesso às condições mais favoráveis, pessoas físicas precisarão ter enfrentado redução de rendimentos tributáveis igual ou superior a 15% em 2020 ante a 2019. Caso a redução de rendimentos seja inferior a 15%, a entrada será de 5% do valor da dívida e os descontos, conforme o parecer, "serão menos expressivos".

Pelo texto aprovado, as empresas terão benefícios para o pagamento dos débitos em função da queda do faturamento verificada entre março e dezembro de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019.

O parecer ainda estabelece que empresas e pessoas físicas que aderirem ao plano poderão utilizar precatórios federais próprios ou de terceiros para amortizar o saldo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Cresce a mobilização contra o texto da reforma tributária

**FERNANDA TRISOTTO E GERALDA DOCA**

Um dia após a aprovação da urgência na tramitação do projeto que altera as regras do Imposto de Renda, aumentou a mobilização contra o avanço da proposta. Representantes de setores empresariais, estados e municípios estão se manifestando publicamente contra a última versão do substitutivo do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), e prometeram intensificar o corpo a corpo com parlamentares para impedir a aprovação do texto.

Eles apostam em um trabalho de mobilização tanto em Brasília quanto nas bases eleitorais, para expor as insatisfações com o projeto. Ainda que muitas dessas entidades sejam favoráveis à **reforma tributária** em si, querem convencer parlamentares a votar contra esse texto em tramitação. Ontem foi divulgado um manifesto assinado por 52 entidades pedindo a rejeição da nova versão da proposta, alegando que as mudanças vão se reverter em elevação da carga tributária e recessão para a economia brasileira.

## AUMENTO DE INCERTEZAS

Para tentar conseguir apoio dos estados, o relator do projeto criou um gatilho para reduzir as alíquotas do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), atrelado ao crescimento da arrecadação.

Setores empresariais alegam que a proposta aumenta a incerteza para a iniciativa privada ao não fixar a redução da alíquota. Já estados e municípios reclamam que vão arcar sozinhos com os impactos fiscais das mudanças.

A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) divulgou carta aberta se posicionando contra o texto de Sabino. A entidade calcula que os municípios perderão R\$ 13,1 bilhões de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), caso as mudanças sejam aprovadas.

-As perdas decorrentes da reforma do Imposto de Renda estão sendo arcadas apenas por estados e municípios. Os gatilhos propostos não resolvem o problema - argumenta Jeferson Passos, presidente da Abrasf e secretário da Fazenda de Aracaju.

A posição da entidade é que a aprovação da urgência

para a proposta é uma medida açodada. Os municípios querem discutir medidas efetivamente compensatórias, mas dizem não ter os números e cálculos feitos pelo relator.

A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) também se manifestou contra o projeto ontem e alertou para os riscos da proposta para o pacto federativo.

Sabino ainda propôs elevar a alíquota do CFEM, compensação financeira paga pelas empresas que exploram recursos minerais. Pela proposta, a arrecadação seria integralmente repassada aos estados e municípios, para compensar as mudanças da reforma.

- O ajuste do CFEM não pode ser colocado como barganha no ajuste do Imposto de Renda. É inadequado e não compensa as perdas - avalia Passos.

A estratégia da associação é atuar junto às lideranças do Congresso, com a direção da entidade, e fazer um trabalho nas capitais, com a articulação de prefeitos e secretários.

Ação semelhante é adotada pela FNP e pelo Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), que já havia divulgado carta pedindo a rejeição do texto.

O Secovi-SP (Sindicato da Habitação) avaliou que, com base na última versão do texto apresentada por Sabino, as empresas que declaram pelo lucro presumido poderão ter aumento de carga tributária superior a 70%.

A simulação considera uma empresa, fora do Simples, com receita bruta mensal de R\$ 405 mil e seis sócios. Com a tributação na distribuição do resultado líquido, o valor destinado a cada sócio cairá de R\$ 16,8 mil para R\$ 13,5 mil, e o total de **tributos** subirá de R\$ 25,2 mil para R\$ 43 mil - mesmo com a queda de 7,5% no IRPF, de R\$ 4,8 mil para R\$ 2,4 mil.

## PERDAS PARA CLASSE MÉDIA

Segundo Ely Wertheim, diretor do Secovi-SP, o texto final da proposta afeta a classe média, profissionais liberais e escolas. Os serviços vão ficar mais caros

para os consumidores.

-É uma falácia a narrativa de que o contribuinte terá redução de carga. Não somos contra a reforma, mas defendemos um amplo debate, porque esse assunto é muito importante para o país, além de ser uma matéria complexa-disse Wertheim.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# MP do Planalto adia gasto de R\$ 3,5 bi com ensino público

**Lauriberto Pompeu**

O presidente Jair Bolsonaro editou uma medida provisória para deixar de fornecer internet gratuita para as escolas públicas.

A MP retira o prazo para que o governo repasse R\$ 3,5 bilhões para garantir acesso para professores e alunos de instituições públicas de ensino básico.

Bolsonaro já havia vetado a lei que determinava o repasse do dinheiro para essa área, mas o veto foi derrubado em sessão do Congresso no dia 1.º de junho.

De acordo com essa regra, a União teria até o dia 10 de junho para encaminhar o valor.

"A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o valor de R\$ 3.501.597.083,20 para aplicação, pelos Poderes Executivos estaduais e do Distrito Federal, em ações para a garantia do acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da rede pública de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em virtude da calamidade pública decorrente da covid-19", diz a lei.

O Poder Executivo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), que não suspendeu a lei, mas estendeu o prazo de cumprimento para até esta quarta-feira. No mesmo dia, o presidente publicou, em edição extra do Diário Oficial da União, a medida provisória que retira o prazo. Uma MP a respeito entra em vigor a partir do momento da publicação, mas para ter validade permanente ela precisa ser aprovada pelo Congresso em até quatro meses.

Na ação encaminhada ao STF, o governo argumentou que a lei "criou situação que ameaça gravemente o equilíbrio fiscal da União, mediante o estabelecimento de ação governamental ineficiente, que obstará o andamento de outras políticas públicas". A medida beneficiaria alunos da rede pública de ensino pertencentes a famílias inscritas nos programas federais e os matriculados nas escolas indígenas e quilombolas. O deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) criticou Bolsonaro nas redes sociais e parafraseou o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o adiamento do pagamento de precatórios: "Pago quando puder".

PARA LEMBRAR

Ministro fala em outra prioridade

Há um mês, ao ser ouvido no Congresso Nacional, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que há outras prioridades para melhorar a qualidade estrutural da rede de ensino - para defender o não envio dessas verbas para informatização. "De que adianta dar um tablet para um menino que não tem energia elétrica ou para um professor que não tem nenhuma capacitação para operá-lo.

Temos de ter esta estruturação e é isso que o MEC está querendo fazer", garantiu o ministro, destacando também que o País vive em um contexto de "economia de guerra" e a medida levaria a não observância do limite **impostos** pelo chamado Teto dos Gastos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo quer dar bônus para consumo menor de luz

**MANOEL VENTURA**

O governo federal avalia criar mecanismos para incentivar a redução do consumo de energia elétrica por todas as unidades consumidoras do país, inclusive residências e pequenos comércios. A solução em estudo dentro do Executivo poderá conceder um desconto ou um "bônus" nas contas de energia para quem reduzir o consumo de modo voluntário em um período determinado como, por exemplo, um mês. A medida foi confirmada ao GLOBO pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

O ministro afirmou que, por causa da crise hídrica, o MME vem se esforçando para aumentar a oferta e incentivar o consumo eficiente de energia elétrica. Ele cita o lançamento de uma campanha de uso consciente de água e energia elétrica. O governo também trabalha num programa para reduzir a demanda de energia dos grandes consumidores nos horários de pico (entre 12h e 18h de dias úteis).

- Em linha com esse programa, identificamos a necessidade de incentivar também os consumidores regulados a reduzir o consumo de energia de modo voluntário -explicou o ministro.

Consumidor "regulado" é como é chamada a maior parte dos clientes. São aqueles que recebem energia por meio de distribuidoras tradicionais de eletricidade. São residências e comércios, por exemplo, cujas tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os consumidores livres negociam a compra de energia diretamente com o gerador.

- Nesse sentido, o MME está avaliando com a Aneel um mecanismo de incentivo aos consumidores a ser apresentado, ainda no corrente mês, ao CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) e à CREG (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética) - disse Albuquerque. - Dentre as possibilidades em estudo, destaca-se a concessão de bônus ou descontos nas tarifas dos consumidores que reduzirem o consumo de energia -acrescentou.

Para isso, será necessário encontrar recursos para compensar as empresas, já que as empresas geradoras de energia não poderiam sair perdendo. As distribuidoras, apesar de arrecadarem a maior parte

dos recursos do setor elétrico, ficam apenas com um percentual disso. As tarifas são divididas para pagar empresas de transmissão e geração, além de **impostos** e encargos.

Esta semana, em relatório distribuído aos clientes, a PSR Energy sugeriu uma medida semelhante ao governo.

## PIORA NOS RESERVATÓRIOS

Portanto, será preciso definir de onde sairia o dinheiro para remunerar as empresas e uma possibilidade estudada é recorrer ao Orçamento. A medida seria necessária para poupar água dos reservatórios e reduzir a demanda, por causa da crise hídrica, dando mais segurança ao sistema.

Na reunião do CMSE esta semana, o Operador Nacional do Sistema (ONS) levou dados que demonstraram piora na situação dos reservatórios e do fornecimento de energia, principalmente entre outubro e novembro, auge da seca.

Para garantir a segurança do sistema, o governo já indicou a necessidade de preservar uma série de medidas tomadas em 2021 até o fim do próximo período úmido, que termina em abril de 2022. A intenção é manter vazões reduzidas em hidrelétricas importantes no Sudeste e no Centro-Oeste, região que concentra a crise hídrica. A redução da vazão poupa água nos reservatórios, mas prejudica outros setores, como a navegação.

O MME também pediu um estudo conjunto entre o ONS e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) sobre as condições de atendimento eletroenergético na transição do período seco para o período úmido em 2021 e para 2022.

## REFORÇO NA TRANSMISSÃO

Outras medidas são tomadas para ampliar a capacidade de geração de energia por usinas termelétricas. Uma delas é deixar disponível um novo navio regaseificador, no terminal de Pecém (CE), possibilitando o fornecimento de gás natural para as usinas termelétricas.

O ONS também vai tomar medidas para aumentar a

transmissão de energia do Nordeste para o resto do país. Os reservatórios do Nordeste estão mais cheios, além da região gerar energia por usinas eólicas em grande escala. Mas há limites para transmitir essa energia para o Sudeste e o Centro-Oeste. Os técnicos do governo têm trabalhado para ampliar a capacidade de transmissão entre os sistemas.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Câmara aprova privatização

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei 591/21, do Poder Executivo, que autoriza a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O texto recebeu 286 votos favoráveis e 173 contrários e agora segue para o Senado. Se aprovado também, vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Caso os senadores mudem a redação do projeto, nova votação será feita na Câmara. Com o aval do Congresso, o governo planeja fazer o leilão da estatal no primeiro semestre de 2022. A proposta estabelece condições para a desestatização e remete a regulação do setor à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O governo trata a privatização dos Correios como uma das suas pautas positivas de sinalização para a manutenção da agenda liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes.

De acordo com o substitutivo aprovado, do deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA), o monopólio para carta e cartão-postal, telegrama e correspondência agrupada continuará com os Correios por mais cinco anos, podendo o contrato de concessão estipular prazo superior. Atualmente, a iniciativa privada participa da exploração dos serviços postais por meio de franquias, mas os preços seguem tabelas dos Correios, que detém o monopólio de vários serviços. Mas já existe concorrência privada para a entrega de encomendas, por exemplo.

Para justificar a privatização, o governo afirma que há incerteza quanto à autossuficiência e capacidade de investimentos futuros dos Correios, que tem mais de 90 mil empregados. Na avaliação do Executivo, isso reforça a necessidade da privatização para evitar que os cofres públicos sejam responsáveis por investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões ao ano. Os Correios têm histórico de lucros. Nos últimos 20 anos, houve ganhos de R\$ 12,4 bilhões e repasse de 73% desse valor ao seu único acionista, o governo federal.

Para críticos da privatização, os números reforçam que vender a empresa é um erro. A Associação dos Profissionais dos Correios argumenta que, além de a estatal ser lucrativa, está se valorizando e tem estrutura para atuar em todo o Brasil. Para Marcos Cesar Silva, vice-presidente da entidade, a venda atende somente a interesses de pessoas que pretendem se apropriar de uma empresa lucrativa.

Gil Cutrim afirmou que o setor postal vem passando por transformações significativas, principalmente pela digitalização das comunicações e as transações

comerciais on line. O deputado apontou que o cenário gera uma competição com o negócio dos Correios mantido em monopólio, que são as cartas, cartão postal e telegrama.

"Não é à toa que este processo de crescente acesso à internet e de ascensão das redes sociais tem gerado queda acelerada no volume postal -de aproximadamente um bilhão de objetos por ano no Brasil, conforme dados que constam dos estudos da consultoria contratada pelo BNDES sobre o sistema postal", afirmou Cutrim. Para ele, é evidente que a União não tem como suprir a demanda de investimentos na estatal, "razão pela qual a desestatização da ECT é urgente e deve ser priorizada".

O relator excluiu a possibilidade de transformar os Correios em sociedade de economia mista (na qual a União venderia parte das ações, mas continuaria como sócia majoritária). Justificou a decisão com base em estudo do BNDES, o qual conclui que essa solução traria dificuldade de atrair o investimento necessário para a automação e digitalização da companhia.

Pela proposta, a estatal será vendida, e os serviços postais, que hoje são monopólio da União, serão prestados pela nova empresa privada em formato de concessão. Por isso, o serviço postal precisará ser regulado pela Anatel, uma vez que o regime continuará público. O texto também apresenta o modelo de reajuste das tarifas, que será anual, pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) a **inflação** oficial, medida pelo IBGE. O setor de encomendas, que hoje já tem concorrentes no mercado, como Mercado Livre, funcionará em regime privado, com liberdade de preços.

Empresa não será dividida

Brasília - O projeto aprovado na Câmara determina que a venda dos Correios será total, sem divisão em empresas por regiões. Segundo a proposta, a manutenção da operação unificada da empresa ajuda na "preservação das sinergias entre os negócios" e "preservação das vantagens competitivas". A empresa que comprar os Correios precisará manter o serviço postal universalizado -ou seja, atender toda população, incluindo regiões menos atrativas.

O projeto também veda o fechamento das agências essenciais para a prestação do serviço postal universal em áreas remotas do país, o que será

detalhado no contrato de concessão. Essas obrigações, por sua vez, poderão ser suavizadas no futuro. Isso porque a proposta prevê que, a cada cinco anos, essas regras poderão ser revisadas, com base na Anatel.

A matéria texto prevê que a empresa privatizada terá o nome de Correios do Brasil e será proibida de demitir funcionários sem justa causa nos 18 meses após o processo de compra. A proposta também determina que a empresa ofereça um Plano de Demissão Voluntária (PDV) aos empregados, com período de adesão de 180 dias contados da venda. Os funcionários que decidirem sair da empresa teriam indenização correspondente a 12 meses de remuneração, além de manutenção do plano de saúde também pelo período de um ano.

As tarifas poderão variar de região para região, com base no custo do serviço, na renda dos usuários e nos indicadores sociais. O parecer cria uma "tarifa social" para atendimento dos usuários que não tenham condições econômicas de pagar pelo serviço. "Afinal, em se constituindo em uma política social que busca atender a todos que demandarem, "independente de sua localização e condição socioeconômica", conforme caracterizamos o "serviço universal", é fundamental considerar que há um conjunto de indivíduos vivendo em condições de pobreza que devem contar com uma precificação diferenciada dos outros", escreve o relator. O deputado Gil Cutrim, autor do substitutivo se opôs à concessão na modalidade patrocinada, como previa o governo. Na concessão patrocinada, o Tesouro faria aportes para viabilizar a operação onde as tarifas de serviços não são suficientes para cobrir os custos.

A privatização dos Correios é objeto de ação no Supremo Tribunal Federal, sob responsabilidade da ministra Cármen Lúcia. Foi movida pela Associação dos Profissionais dos Correios. A Procuradoria-Geral da República (PGR) já se manifestou contra a privatização do serviço postal e dos correios aéreos.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Líderes avaliam retirar precatório do teto de gastos

**Idiana Tomazelli**

Lideranças partidárias discutem tirar o gasto com precatórios do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**. A informação foi confirmada ao Estadão/Broadcast pela assessoria de imprensa do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDBPE), após o senador defender a medida em entrevista ao jornal Valor Econômico.

A reportagem não conseguiu contato com o parlamentar. Ao Valor, Bezerra disse que a ideia tem potencial para abrir um espaço adicional de aproximadamente R\$ 19 bilhões no teto de 2022, o que elevaria a folga total para aumento de despesas em ano eleitoral a algo próximo de R\$ 50 bilhões.

"O que está se discutindo, ouvindo muita gente do Banco Central, tribunais de contas, do Supremo Tribunal Federal, é uma rediscussão do que são os precatórios, qual a sua natureza. Ela se assemelha a uma despesa de capital, como se fosse uma despesa de financiamento. Como a trajetória da dívida está melhorando muito, devendo chegar no máximo a 83%, está se discutindo darmos um passo atrás, lá em 2016, quando se instituiu o teto de gastos. As despesas de financiamento ficam fora do teto e os precatórios passariam a ficar fora do teto também", afirmou Bezerra ao jornal.

A interlocutores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem se posicionado contra a qualquer medida que resulte na retirada de despesas do alcance do teto de gastos.

Os precatórios são valores devidos pela União após sentença definitiva na Justiça. Na semana passada, Guedes anunciou que precisaria disparar um "míssil" contra um "meteoro" que ameaçava as contas públicas.

Em 2022, as dívidas judiciais estão estimadas em R\$ 89,1 bilhões - 61% a mais do que os R\$ 55,4 bilhões programados para este ano.

Com o crescimento expressivo dos precatórios, a folga de até R\$ 30 bilhões antes calculada no teto de gastos para 2022, que seria usada para ampliar o Bolsa Família, praticamente se exauriu, comprometendo a pretensão do presidente Jair Bolsonaro de reforçar as

políticas sociais de olho na campanha para a reeleição.

A equipe econômica prepara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para propor o parcelamento de precatórios, sobretudo os de maior valor, mas a medida enfrenta resistências de diferentes setores.

Essa PEC nem chegou ao Congresso Nacional, mas os líderes já planejam alterá-la para retirar as dívidas judiciais do alcance do limite de despesas.

A lógica dos defensores da medida é equiparar o precatório às dívidas que o governo paga aos investidores que compraram os títulos do Tesouro Nacional.

Essa última é considerada uma despesa de capital e já fica hoje fora do teto de gastos.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, a ideia tem simpatizantes no circuito político e é considerada uma alternativa possível até mesmo por integrantes de órgãos de controle, embora alguns desses interlocutores critiquem a motivação de curto prazo de viabilizar espaço fiscal para ampliar políticas sociais em ano eleitoral.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Dificuldades para preservar o salário real (3)

Dos quatro últimos semestres, o período janeiro- junho deste ano está sendo, em média, o menos favorável para os salários negociados entre empregados e empregadores.

Desde dezembro de 2020, o reajuste mediano real dos salários acertados em acordos e convenções coletivas tem sido predominantemente menor do que a **inflação**, como mostra o Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), estudo que acompanha mensalmente os resultados das negociações trabalhistas com base nos registros do Ministério da Economia. Nas únicas exceções do período, as negociações de fevereiro e maio apenas repuseram a **inflação** passada.

Nem mesmo no ano passado, fortemente marcado pela pandemia nos planos econômico e social, os reajustes foram tão pouco benéficos para os salários como estão sendo neste ano.

Em 2020, apenas em abril o reajuste mediano foi inferior à **inflação** de 12 meses. No segundo semestre, com exceção de dezembro, os reajustes foram iguais à **inflação**.

O coordenador do Salariômetro e professor da USP, Hélio Zylberstajn, observa que o poder de barganha dos trabalhadores é condicionado principalmente por dois fatores: o nível de atividade da economia e a **inflação** acumulada entre uma negociação e outra.

Quando a economia cresce e a **inflação** é baixa, é maior a probabilidade de os trabalhadores obterem ganhos reais de salários nas negociações de acordos coletivos (entre uma empresa e o sindicato de empregados) e convenções coletivas (entre sindicatos patronais e de trabalhadores).

Assim, os reajustes foram mais do que suficientes para repor a **inflação** no segundo semestre de 2019 e, com exceção de abril, nos primeiros seis meses de 2020. Já no segundo semestre do ano passado, quando em média não houve perda nem ganho salarial, a atividade econômica iniciava a recuperação sobre uma base de comparação muito baixa.

A despeito dos resultados positivos de diferentes segmentos da economia, a aceleração da **inflação** nos últimos meses parece ter sido o fator determinante para os resultados pouco expressivos para os trabalhadores no período.

As negociações coletivas depois da pandemia trouxeram à mesa dois novos assuntos: o trabalho a distância e a manutenção do emprego. À medida que a vida econômica e social se normaliza, porém, eles deverão perder relevância.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Preço da cesta básica sobe em 15 capitais brasileiras

O preço da cesta básica subiu em 15 das 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na comparação entre julho e junho. Segundo o levantamento divulgado ontem, as maiores altas foram registradas em Fortaleza (3,92%), Campo Grande (3,89%), Aracaju (3,71%), Belo Horizonte (3,29%) e Salvador (3,27%).

Em João Pessoa o conjunto de alimentos e itens essenciais teve queda de 0,7% e em Brasília de 0,45%.

As cestas mais caras são a de Porto Alegre (R\$ 656,92), Florianópolis (R\$ 654,43) e São Paulo (R\$ 640,51).

Na comparação entre julho deste ano e o mesmo mês de 2020, a maior alta foi registrada na cesta básica de Brasília (29,42%), que atualmente custa R\$ 582,35. No período, a cesta básica de Porto Alegre teve a segunda maior elevação nos preços (28,5%).

Entre os produtos que impulsionaram o custo da cesta básica está o tomate, que, em julho, teve alta em 15 capitais, sendo 39,95% em Belo Horizonte, 34,24% em Goiânia e 34,1% em Fortaleza. Segundo o Dieese, o aumento está relacionado ao frio que atrasou a maturação do fruto diminuindo a oferta.

O açúcar também teve elevação nos preços em 15 capitais em julho, com percentuais que variaram entre 8,12% no Rio de Janeiro e 1,59% em Belém. De acordo com o Dieese, o aumento nos preços acontece devido a entressafra e alta do petróleo, que estimula a produção de etanol, concorrendo com a fabricação de açúcar. O aumento das exportações foi outro fator que puxou os preços para cima.

O café foi outro item que teve alta de preço em 15 capitais, como Vitória (10,96%), São Paulo (9,88%), Campo Grande (8,77%) e Brasília (8,14%).

**Site:**

**[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_359BAA636E4463D713CAEC979A83B34480A13B3CB7DB31D6D454EA400D8433DC6D221D0CF673823435EACAEC2C83B4625CF4FF0D3DA8725A53ED327406D116BFC7CF4433B7C388D87D00A4B38648EE941A403BF1119DDF86932](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_359BAA636E4463D713CAEC979A83B34480A13B3CB7DB31D6D454EA400D8433DC6D221D0CF673823435EACAEC2C83B4625CF4FF0D3DA8725A53ED327406D116BFC7CF4433B7C388D87D00A4B38648EE941A403BF1119DDF86932)**

**EFC07B4FAD89EB89CAFC7FFDAF5145A07BCE7B10A19**  
**1226C3B280D9232F8AB80FB4**

# Endividamento das famílias atinge o maior patamar da série histórica

Rio - O percentual de famílias que relataram ter dívidas no mês de julho chegou a 71,4%, o maior patamar da série histórica, iniciada em 2010. A alta é de 1,7 ponto percentual na comparação com junho e de 4 pontos em relação a julho de 2020, o maior aumento anual verificado desde dezembro de 2019.

Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). As dívidas incluem cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa.

As famílias com dívidas ou contas em atraso chegaram a 25,6%, o terceiro aumento seguido. O número é 0,5 ponto percentual acima do nível de junho e 0,7 ponto ponto abaixo do apurado em julho do ano passado.

Já as famílias que disseram não ter condições de pagar suas dívidas em atraso e que vão continuar inadimplentes aumentou de 10,8% para 10,9% de junho para julho. Na comparação anual, houve queda de 1,1 ponto percentual.

Faixas de renda - Na análise por grupos de renda, o endividamento entre as famílias que recebem até dez salários mínimos aumentou de 70,7% para 72,6% na passagem mensal, atingindo nova máxima histórica. Em julho de 2020, o indicador estava em 69% das famílias. A inadimplência nessa faixa passou de 28,1% para 28,7% e 13,1% do total disseram que vão permanecer com as contas em atraso.

No grupo que recebe mais de dez salários mínimos, o endividamento vem batendo recordes mensais desde fevereiro. O percentual passou de 65,5% em junho para 66,3% julho, ante os 59,1% em julho de 2020. A inadimplência nesse grupo de renda cresceu de 11,9% para 12,1% na passagem mensal e 3,5% afirmaram que não têm condições de colocar as dívidas em dia.

O grupo dos muito endividados teve leve redução, de 14,7% em junho para 14,6% em julho, índice 0,9 ponto percentual abaixo de julho de 2020. Na capacidade de pagamento, a parcela média da renda comprometida entre as famílias endividadas ficou em 30,5%, o maior nível desde 2017, e 21,1% têm mais da metade da

renda comprometida com dívidas.

Dívidas - O tempo médio de atraso para quitação das dívidas ficou em 61,9 dias em julho. A principal dívida das famílias é no cartão de crédito, modalidade assinalada por 82,7% dos endividados, o maior nível da série histórica. Carnês de lojas foram indicados por 18% das famílias, 9,8% têm dívidas com crédito pessoal e 9,7% com financiamento da casa própria.

**Inflação** - Segundo a CNC, a **inflação** elevada tem diminuído o poder de compra das famílias e deteriorado os orçamentos domésticos. "A renda dos consumidores também está afetada pelas fragilidades dos mercados de trabalho formal e informal, com o auxílio emergencial de menor valor pago este ano. Tais fatores têm também provocado o maior uso do crédito no cartão", diz o informe da pesquisa.

A entidade alerta que o cartão de crédito é a modalidade mais difundida, porém é a que oferece o maior custo ao consumidor quando se torna crédito rotativo, com parte do saldo devedor rolada para o mês seguinte.

"Embora o crédito possa funcionar como ferramenta de recomposição da renda e potencializar o consumo, com mais de 71% das famílias endividadas, acendeu-se um alerta para o uso do crédito e o potencial de crescimento da inadimplência à frente. O aumento dos juros em curso no País encarece as dívidas, principalmente na modalidade mais buscada pelos endividados hoje, o cartão de crédito". (ABr)

# Bianco sai do Trabalho para assumir AGU

**Mariana Ribeiro, Luísa Martins, Matheus Schuch, Fabio Murakawa, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro**

Poucos dias após ter sido escolhido secretário-executivo do recém-criado Ministério de Trabalho e Previdência, Bruno Bianco assumirá agora o cargo de ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU). Ele entra no lugar de André Mendonça, que pediu exoneração do cargo ontem, com o objetivo de se concentrar na sabatina do Senado - pela qual terá de passar antes de ser nomeado à vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim como Mendonça, Bianco é um homem de confiança do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes - a quem esteve submetido desde o início do governo até a cisão da pasta, no final do mês passado. Nos bastidores da AGU, a expectativa é a de que ele atue de forma técnica, já que é servidor de carreira. Por outro lado, não se descarta que, com o tempo, possa vir a desenvolver um papel mais político, tal como ocorreu com seu antecessor.

Na equipe econômica, Bianco executou uma série de missões delicadas: elaborou a reforma da Previdência, em 2019, e ganhou mais projeção no governo durante a pandemia, em meio à criação dos programas voltados à manutenção de emprego.

Ele foi secretário especial adjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020, quando assumiu a chefia da secretaria especial no lugar de Rogério Marinho, então deslocado para o cargo de ministro do Desenvolvimento Regional.

Mestre em direito pela Universidade de Marília (Unimar), Bianco é especialista em direito público e pós-graduado em direito processual civil. É procurador federal e foi também assessor especial da Casa Civil no governo do ex-presidente Michel Temer.

Atual secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo é o mais cotado para assumir a secretaria-executiva no lugar de Bianco. Dessa forma, ele seria o número dois do ministro Onyx Lorenzoni e ajudaria a conduzir a transição. A escolha de Dalcolmo, que já fazia parte da equipe de Guedes junto com Bianco, seria uma forma de tentar garantir a manutenção da linha que vinha sendo seguida pela equipe na elaboração de políticas para o emprego.

A equipe comandada por Bianco foi responsável pela criação do programa de redução de jornada e salário e de suspensão de contratos, o chamado Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), considerado no governo uma das medidas mais bem-sucedidas de enfrentamento à crise causada pela pandemia.

O programa, que prevê a garantia provisória do emprego pelo tempo de duração do acordo e por igual período após o seu fim, ajudou a evitar demissões e manter bons resultados no mercado de trabalho formal. A equipe também estava à frente da elaboração dos programas voltados à inserção de jovens no mercado de trabalho no pós-pandemia, uma das discussões prioritárias no governo no momento, frente ao alto nível de desemprego.

Os programas estão em discussão no Congresso e foram incluídos na Medida Provisória (MP) 1.045, que tratava da prorrogação do BEm. O relator, deputado Christino Aureo (PP-RJ), incluiu em seu parecer o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), que retoma pontos da MP da Carteira Verde Amarela, e o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), que prevê bolsas a jovens "trainees" em empresas.

Enquanto isso, Mendonça acelera sua articulação para ser aprovado pelo Senado à vaga do ministro Marco Aurélio Mello, que se aposentou do STF em julho. Na terça-feira, jantou com a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, o ministro da Corte Gilmar Mendes e uma dezena de senadores. Ontem, também fez uma videoconferência com parlamentares petistas, em busca de apoio.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186972?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186972?page=1&section=1)

# Deputados debatem volta das coligações proporcionais

**BRUNO GÓES** *bruno.goes@oglobo.com.br* **BRASÍLIA**

Após seguidos adiamentos da votação em comissão especial, deputados negociam agora uma outra versão da **reforma política**. Ainda sem consenso, líderes e dirigentes de partidos travam um debate sobre o retorno das coligações proporcionais como alternativa à implementação do distritão. Pelo menos 15 parlamentares de 11 siglas da comissão especial se pronunciaram em público ou ao GLOBO contra o distritão. Eles argumentam que o sistema diminui a representatividade da sociedade, sufoca a pluralidade do Congresso e enfraquece os partidos políticos.

Nos últimos dias, o sistema que elege os deputados mais votados nos estados, independentemente do peso dos partidos, foi alvo de críticas. Em sessão da comissão na madrugada de ontem, a votação do parecer da relatora, Renata Abreu (Pode-SP), foi adiada.

-Os defensores do distritão são incapazes de demonstrar que esse sistema não irá fulminar a democracia brasileira. O distritão vai acabar com a possibilidade de que pessoas como eu possam voltar a se eleger deputado. E isso sendo uma pessoa que teve uma votação expressiva em 2018, seria eleito com o distritão. Mas perdi eleições antes e pude mostrar o meu trabalho como suplente. Vamos acabar com a possibilidade de renovação política -disse o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS).

## SIGLAS DE ALUGUEL

Já as coligações em eleições proporcionais, cuja volta está sendo debatida, foram abolidas em outra reforma aprovada pelo Congresso, em 2017. O objetivo era, junto com a adoção da cláusula de barreira, contribuir para o enxugamento do número de partidos. Caso seja reeditada, incentivará novamente a existência de siglas de aluguel.

Ontem, duas sessões foram marcadas para debater a adoção do distritão. A primeira, de madrugada, terminou com a relatora recuando de apresentar texto com a proposta de um "distritão misto", em que haveria algum peso dos partidos na eleição no Legislativo. Também não houve consenso para a votação de um distritão puro.

A segunda reunião, que estava prevista para a tarde, foi cancelada. Presidente da comissão, o deputado Luís Tibé (Avante-MG) diz que o debate sobre as coligações será retomado na próxima segunda-feira.

Com dificuldades para obter maioria em comissão, a estratégia de deputados favoráveis ao distritão é levar a proposta diretamente ao plenário. Na próxima semana, deve expirar prazo de 40 sessões, a partir do qual é possível fazer esse pedido, se não houver mesmo deliberação pela comissão especial.

Enquanto isso, Renata Abreu ainda recebe sugestões para adequar seu texto à vontade dos deputados. O retorno das coligações tem a simpatia de partidos da oposição, como o PT e PDT, além de parlamentares de outros partidos, como MDB e DEM.

Na negociação, ainda é considerada a dificuldade de tramitação do distritão no Senado. Esse modelo teria apoio suficiente para passar no plenário da Câmara, mas esbarraria na outra Casa. Uma proposta no sentido de retomar as coligações seria mais viável, segundo um deputado que participa das negociações do texto.

Deputados ponderam, no entanto, que o Supremo Tribunal Federal (STF) deu sinais ao Congresso, em 2017, de que poderia barrar as coligações proporcionais em julgamento que acabou não acontecendo. À época, essa era considerada uma das principais disfunções do sistema eleitoral brasileiro, uma vez que os eleitores escolhem para representá-los na Câmara deputados de uma linha ideológica e podem acabar elegendo outros, com bandeiras muito distintas.

Presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR) é uma das críticas ao distritão: - O voto distritão é uma das coisas mais negativas que se tem para a eleição proporcional. O voto proporcional é para representar parcelas da sociedade. Não podem ser só os mais votados, porque eles não representam toda a população.

"O distritão vai acabar com a possibilidade de renovação política" Marcel Van Hattem, deputado do Novo e um dos integrantes da comissão da reforma eleitoral críticos ao modelo

## Votação sobre LSN é adiada

O Senado adiou ontem a votação do projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN), herança da ditadura militar. A expectativa, agora, é que o texto seja levado ao plenário na semana que vem. A proposta foi aprovada em maio na Câmara dos Deputados.

Relator da matéria, o senador Rogério Carvalho(PT) disse à Agência Senado que diversos líderes partidários solicitaram mais tempo para analisar a iniciativa.

Os destaques já estão feitos, as emendas também e estou à disposição dos colegas senadores e senadoras para discutir os termos do projeto e, quem sabe, fazer alguma alteração que seja possível - acrescentou Carvalho.

O texto em discussão tipifica crimes contra as instituições democráticas; o funcionamento das eleições; e a cidadania - entre os crimes citados estão golpe de Estado e interrupção do processo eleitoral.

No caso do pleito, a pena prevista é de três a seis anos e multa para quem "impedir ou perturbar eleição ou a aferição de seu resultado" por meio de violação do sistema de votação.

A proposta também prevê pena de um a cinco anos de prisão para quem "promover comunicação enganosa em massa", caso, por exemplo, de iniciativas para disseminar fake news capazes de colocar em risco o processo eleitoral.

Há ainda previsão de punição para quem incitar publicamente a animosidade dentro das Forças Armadas ou entre elas e os demais Poderes e instituições.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>